



RESOLUÇÃO Nº 121/2025-PCV

Aprova o novo Regulamento para a concessão e manutenção de Bolsas de Estudos do PCV e revoga a Resolução nº 81/2024-PCV

Considerando a Resolução nº 027/2022-CEP, que aprova o Regulamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Maringá;

Considerando a Resolução nº 164/2022-CI/CTC, que aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil;

Considerando a Portaria nº 076/2010 da Capes que regulamenta o Programa de Demanda Social - DS;

Considerando a RN-017/2006 - Bolsas por Quota no País e seu Anexo IV;

Considerando as Portarias nº 133/2023 e nº 187/2023 da Capes que tratam a respeito do exercício de atividade remunerada e acúmulo de bolsas;

Considerando a necessidade de revisão continuada dos critérios de seleção de bolsistas de forma a alcançar maior efetividade na concessão de bolsas de estudo no Programa PCV/UEM;

Considerando as decisões emanadas da Reunião do Conselho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil realizada em 08/09/2025;

O CONSELHO ACADÊMICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL APROVOU E EU, COORDENADOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Aprovar o novo Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil para a concessão e manutenção de Bolsas de Estudos para Aluno Regular.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 81/2024-PCV.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 08 de setembro de 2025.

Prof. Dr. Elyson Andrew Pozzo Liberati,
Coordenador do Programa.

.../



ANEXO I

REGULAMENTO PARA CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

Art. 1º. A Classificação dos candidatos às bolsas de estudo para o Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá (PCV) será realizada pela Comissão de Bolsas e homologada pelo Conselho Acadêmico do PCV, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º. A concessão ou o cancelamento de bolsas do Curso de Mestrado do PCV será efetivada pela Coordenação do Programa.

Art. 3º. São requisitos para a concessão de Bolsas de Estudos:

- I. Ser aluno regularmente matriculado no Curso de Mestrado do PCV;
- II. Assumir, formalmente, o compromisso de dedicar-se às atividades do Programa e ao desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, durante todo o período da bolsa, de acordo com as normas das Agências de Fomento e do Regulamento do PCV;
- III. Quando possuir vínculo empregatício, possuir anuência do orientador e assumir o compromisso de dedicar-se ao curso durante todo o período de bolsa;
- IV. Não acumular percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio de agências de fomento ou organismo nacional ou internacional.

Art. 4º. Para participar do processo de seleção, os alunos regulares aptos à concessão de bolsas deverão efetivar a solicitação conforme edital específico para seleção de bolsistas.

§1º. Todos os alunos regularmente matriculados no Curso de Mestrado do PCV poderão se inscrever no processo de seleção para concorrer a bolsas de estudo.

§2º. Os inscritos serão classificados em três grupos: os alunos que não possuem vínculo empregatício, os alunos que possuem vínculo empregatício em docência e os alunos que possuem vínculo empregatício em outra área de atuação.

Art. 5º Na avaliação do desempenho global dos alunos regulares do Curso de Mestrado em Engenharia Civil que se candidatarem à concessão de bolsa serão tomados como base os seguintes aspectos:

- a) o estágio em que se encontra o aluno no curso — ES ;
- b) a nota obtida pelo aluno no Processo Seletivo do PCV - NPS;
- c) a nota do currículo Lattes do aluno — CLA ;
- d) o coeficiente de rendimento acumulado do aluno — CR .

.../



Art. 6º. O Estágio de Seleção (ES) corresponde à fase em que o aluno se encontra ao longo do curso de Mestrado, conforme definido na Tabela 1.

Art. 7º. A NPS é a nota obtida pelo aluno no Processo Seletivo de Ingresso no PCV em uma escala de zero a dez.

Art. 8º. A nota do currículo Lattes do aluno — *CLA* é a nota referente às informações contidas no currículo Lattes do aluno, considerando-se atividades como a participação em eventos e cursos de curta duração, publicação de resumos e trabalhos completos em anais de eventos científicos, artigos publicados em periódicos especializados, participação em projetos de Iniciação Científica, experiência profissional na área e pós-graduações concluídas nos últimos 02 anos.

Parágrafo único. O *CLA* será obtido pela contabilização das atividades constantes no currículo nos últimos dois anos, conforme critérios para avaliação estabelecidos em ANEXO para esse fim, e será ponderado com o CLM, que é o maior *CLA* obtido por todos os alunos regulares do Curso de Mestrado do PCV que concorrem à bolsa na data da avaliação.

Art. 9º. O coeficiente de rendimento acumulado do aluno (CR) é o coeficiente de rendimento acadêmico (CR) do aluno (calculado conforme regulamento do PCV com base no Histórico Escolar do aluno, excluindo-se o conceito obtido na disciplina Estágio na Docência I), o qual será ponderado com o CRM, que é o maior CR obtido por todos os alunos regulares do Curso de Mestrado do PCV que concorrem à bolsa na data da avaliação.

Art. 10º. A pontuação final PFA de cada aluno é obtida pela seguinte equação:

$$PFA = f1(ESA/3) + f2(NPS/10) + f3(CLA/CLM) + F4(CRA/CRM)$$

Parágrafo único. Os fatores *f_i* constantes na equação e utilizados para o cálculo do PF são apresentados na Tabela 1.

.../



Tabela 1 - Fatores multiplicadores para os itens avaliados

ESTÁGIO DO ALUNO AVALIADO	ES	FATOR f_i PARA O CÁLCULO DO PFA			
		f_1 para ESA	f_2 para o NPS	f_4 para o CLA	f_5 para o CRA
Aluno ingressante (1)	1	1,0	3,0	3,0	0,0
Aluno pós ingressante (2)	2	2,0	1,0	2,5	5,5
Aluno em desenvolvimento da dissertação (3)	3	4,0	1,0	2,0	4,0

1 - aluno que cursou até 6 meses completos de curso.

2 - aluno com mais de 6 meses cursados e com menos de 17 créditos concluídos.

3 - aluno com pelo menos 17 créditos concluídos.

Obs.: o período em que, por ocasião de paralisação institucional, o aluno for impedido de exercer suas atividades no PCV não será computado no cálculo do estágio do aluno avaliado.

Art. 11º. A classificação de todos os alunos regulares, candidatos à concessão de bolsa, agrupados em sem vínculo empregatício, com vínculo empregatício em docência e com vínculo empregatício em outra área de atuação, será feita de acordo com a pontuação final PFA de cada candidato com duas casas decimais (com arredondamento).

Parágrafo único: A área de atuação do vínculo empregatício deve ser comprovada pela apresentação da carteira de trabalho ou contrato de trabalho.

Art. 12º. No caso de empate no mesmo grupo (alunos com mesmo PFA), a bolsa será concedida ao aluno que se encontrar em estágio mais avançado do curso; permanecendo o empate, o aluno com maior CLA será contemplado.

Art. 13º. As bolsas são concedidas aos alunos que não possuem vínculo empregatício até que todos sejam contemplados durante a vigência da classificação mencionada em Edital.

§ 1º. O aluno contemplado com bolsa na condição de aluno sem vínculo empregatício deve comunicar ao PCV se vier a assumir vínculo empregatício.

§ 2º. O aluno bolsista que assume vínculo empregatício passa a integrar o grupo de alunos com vínculo empregatício, estando sujeito, a partir de então, a ter a sua bolsa cancelada para ser atribuída a aluno classificado no grupo de aluno sem vínculo empregatício.

.../



§ 3º. Uma vez atendidos todos os alunos sem vínculo empregatício e, havendo bolsas disponíveis, as mesmas podem ser atribuídas aos alunos que possuem vínculo empregatício, até a próxima classificação, quando pode haver redistribuição das bolsas de modo a contemplar prioritariamente os alunos sem vínculo empregatício.

§ 4º. As bolsas direcionadas a alunos com vínculo empregatício são atribuídas, prioritariamente, aos alunos que atuam como docentes nos ensinos de qualquer grau.

Art. 14º. Ao candidato classificado não está assegurado o direito líquido e certo à concessão da Bolsa de Estudos. A efetivação da concessão da bolsa por meio da assinatura do Termo de Concessão deverá atender, obrigatoriamente, aos requisitos exigidos pelos órgãos concessionários das Bolsas de Estudos e a essa resolução, sob pena de processos administrativo e judicial.

Art. 15º. A classificação será publicada em Edital e a concessão das bolsas seguirá a sequência classificatória. Este Edital tem validade de 1 (um) ano.

Art. 16º. A bolsa será cancelada se o bolsista incorrer em uma das seguintes situações:

I. Não ter entregado ao Programa o Relatório de Acompanhamento de Atividades Anual, cujo formulário encontra-se no Anexo desta Resolução, em data estabelecida pela Coordenação, junto com a entrega de resumo, constando: título, objetivo, justificativa, relevância, principais resultados, cronograma e participação em eventos/produção científica (máximo de duas páginas);

II. Ter defendido a dissertação de mestrado perante a banca examinadora;

III. Ter sido desligado do Curso de Mestrado do PCV;

IV. Ter sido reprovado em qualquer disciplina do PCV enquanto aluno regular do Programa;

V. Obter Coeficiente de Rendimento Escolar (CR) inferior a 2,0 (dois vírgula zero) nas disciplinas cursadas;

VI. Ter realizado o trancamento de seu registro acadêmico no Curso de Mestrado do PCV;

VII. Completar, como Aluno Regular, 24 (vinte e quatro) meses no Curso de Mestrado independentemente do período de tempo durante o qual tenha usufruído da mesma;

VIII. Deixar de informar à coordenação do Programa de Pós-Graduação, por meio de Declaração de Acúmulo, qualquer alteração referente a acúmulos de bolsas, vínculos empregatícios ou outros rendimentos, para fins de atualização das informações no cadastro de concessão e acompanhamento de bolsas.

Art. 17º. Com exceção dos alunos com vínculos empregatícios as bolsas terão renovação automática para alunos mediante aval do orientador, entrega do relatório anual e cumprimento dos critérios para permanência de bolsas descritos no Artigo 18º, enviado no ato da renovação de matrícula do aluno junto ao PCV.

.../



§ 1º. Alunos com vínculo empregatício em docência com limite de 10 h semanais também terão renovação automática da bolsa.

Art. 18º. São requisitos para manutenção e renovação da bolsa:

I - Não ter reprovação em nenhuma das disciplinas cursadas pelo discente, a partir do início da condição de bolsista;

II - Manter o Coeficiente de Rendimento Escolar (CR) maior ou igual a 2,0 (dois vírgula zero) nas disciplinas cursadas;

III - Entregar o Relatório de Acompanhamento Anual na secretaria do PCV com anuência do orientador, conforme o formulário no Anexo desta Resolução, na data definida pela Coordenação. Incluindo um resumo contendo título, objetivo, justificativa, relevância, principais resultados, cronograma e participação em eventos/produção científica (limite de duas páginas). O relatório deverá ser aprovado pelo Conselho Acadêmico do PCV.

IV - O aluno bolsista de mestrado deverá realizar anualmente o mínimo de 1 (uma) publicação em eventos nacionais ou internacionais afetos à área da pesquisa,

Art. 19º. Os casos omissos deverão ter parecer da Comissão de Bolsas e serão resolvidos pelo Conselho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.

.../



ANEXO II

REGULAMENTO PARA CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

Art. 1º. A Classificação dos candidatos a bolsas de estudo para o Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá (PCV) será efetuado pela Comissão de Bolsas e homologada pelo Conselho Acadêmico do PCV, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º. A concessão ou o cancelamento de bolsas do Curso de Doutorado do PCV será realizado pela Coordenação do Programa.

Art. 3º. São requisitos para a concessão de Bolsas de Estudos:

I. Ser aluno regularmente matriculado no Curso de Doutorado do PCV;

II. Assumir, formalmente, o compromisso de dedicar-se às atividades do Programa e ao desenvolvimento de sua tese de doutorado, durante todo o período da bolsa, de acordo com as normas das Agências de Fomento e do Regulamento do PCV;

III. Quando possuir vínculo empregatício, possuir anuência do orientador e assumir o compromisso de dedicar-se ao curso durante todo o período de bolsa;

IV. Não acumular percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio de agências de fomento ou organismo nacional ou internacional.

Art. 4º. Para participar do processo de seleção, os alunos regulares aptos à concessão de bolsas deverão efetivar a solicitação conforme edital específico para seleção de bolsistas.

§ 1º. Todos os alunos regularmente matriculados no Curso de Doutorado do PCV poderão se inscrever no processo de seleção para concorrer a bolsas de estudo.

§ 2º. Os inscritos serão classificados em três grupos: os alunos que não possuem vínculo empregatício, os alunos que possuem vínculo empregatício em docência e os alunos que possuem vínculo empregatício em outra área de atuação.

Art. 5º. Na avaliação do desempenho global dos alunos regulares do Curso de Doutorado em Engenharia Civil que se candidatarem à concessão de bolsa serão tomados como base os seguintes aspectos:

- a) o estágio em que se encontra o aluno no curso — ES ;
- b) a nota obtida pelo aluno no Processo Seletivo do PCV - NPS;
- c) a nota do currículo Lattes do aluno — CLA ;
- d) o coeficiente de rendimento acumulado do aluno — CRA .
- e) Exame de Qualificação

Art. 6º. O Estágio de Seleção (ES) corresponde à fase em que o aluno se encontra ao longo do curso de Doutorado, conforme definido na Tabela 1.



.../

\... Res. 121/2025-PCV

fls. 8

Art. 7º. A NPS é a nota obtida pelo aluno no Processo Seletivo de Ingresso no PCV numa escala de zero a dez.

Art. 8º. A nota do currículo Lattes do aluno — *CLA* é a nota referente às informações contidas no currículo Lattes do aluno, considerando-se atividades como a participação em eventos e cursos de curta duração, publicação de resumos e trabalhos completos em anais de eventos científicos, artigos publicados em periódicos especializados, participação em projetos de Iniciação Científica, experiência profissional na área e pós-graduações concluídas nos últimos dois anos.

Parágrafo único. O *CLA* será obtido pela contabilização das atividades constantes no currículo, conforme critérios para avaliação estabelecidos em resolução específica para esse fim, e será ponderado com o CLM, que é o maior *CLA* obtido por todos os alunos regulares do Curso de Doutorado do PCV que concorrem à bolsa na data da avaliação.

Art. 9º. O coeficiente de rendimento acumulado do aluno — *CR* é o coeficiente de rendimento acadêmico (*CR*) do aluno (calculado conforme regulamento do PCV com base no Histórico Escolar do aluno, excluindo-se o conceito obtido na disciplina Estágio na Docência I), o qual será ponderado com o CRM, que é o maior *CR* obtido por todos os alunos regulares do Curso de Doutorado do PCV que concorrem à bolsa na data da avaliação.

Art. 10º. O Exame de Qualificação — *EQ* será considerado na forma de pontos, sendo atribuído 1,0 ponto para os alunos que já foram aprovados no Exame de Qualificação e 0,0 pontos para aqueles que ainda não foram aprovados.

Art. 11º. A pontuação final *PFA* de cada aluno é obtida pela equação.

$$PFA = f1(ESA/5) + f2(NPS/10) + f3(CLA/CLM) + F4(CRA/CRM) + f5(EQA)$$



Tabela 1 - Fatores multiplicadores para os itens avaliados

ESTÁGIO DO ALUNO AVALIADO	ES	FATOR f PARA O CÁLCULO DO PF				
		f ₁ para o ESA	f ₂ para o NPS	f ₃ para o CLA	f ₄ para o CRA	f ₅ para o EQ
Alunos ingressantes (até 6 meses completos de curso)	1	1,00	3,00	5,00	0,00	0,00
Alunos de 7 a 12 meses de curso	2	2,00	1,00	4,00	1,50	0,00
Alunos de 13 a 18 meses de curso	3	2,50	1,00	4,00	1,50	0,75
Alunos de 19 a 24 meses de curso	4	2,75	1,00	4,00	1,25	0,75
Alunos com 25 meses ou mais de curso	5,00	3,00	1,00	4,00	1,00	1,00

Obs.: o período em que, por ocasião de paralisação institucional, o aluno for impedido de exercer suas atividades no PCV não será computado no cálculo do estágio do aluno avaliado.

Art. 12º. A classificação de todos os alunos regulares, candidatos à concessão de bolsa, agrupados em sem vínculo empregatício, com vínculo empregatício em docência e com vínculo empregatício em outra área de atuação, será feita de acordo com a pontuação final PF de cada candidato com duas casas decimais (com arredondamento).

Parágrafo único: A área de atuação do vínculo empregatício deve ser comprovada pela apresentação da carteira de trabalho ou contrato de trabalho.

Art. 13º. No caso de empate no mesmo grupo (alunos com mesmo PF), a bolsa será concedida ao aluno que se encontrar em estágio mais avançado do curso; permanecendo o empate, o aluno com maior CLA será contemplado.

Art. 14º. As bolsas são concedidas aos alunos que não possuem vínculo empregatício até que todos sejam contemplados durante a vigência da classificação mencionada em Edital.

§ 1º. O aluno contemplado com bolsa na condição de aluno sem vínculo empregatício deve comunicar ao PCV se vier a assumir vínculo empregatício.

§ 2º. O aluno bolsista que assume vínculo empregatício passa a integrar o grupo de alunos com vínculo empregatício, estando sujeito, a partir de então, a ter a sua bolsa cancelada para ser atribuída a aluno classificado no grupo de aluno sem vínculo empregatício.



.../

\... Res. 121/2025-PCV

fls. 10

§ 3º. Uma vez atendidos todos os alunos sem vínculo empregatício e, havendo bolsas disponíveis, as mesmas podem ser atribuídas aos alunos que possuem vínculo empregatício, até a próxima classificação, quando pode haver redistribuição das bolsas de modo a contemplar prioritariamente os alunos sem vínculo empregatício.

§ 4º. As bolsas direcionadas a alunos com vínculo empregatício são atribuídas, prioritariamente, aos alunos que atuam como docentes nos ensinos de qualquer grau.

Art. 15º. Ao candidato classificado não está assegurado o direito líquido e certo à concessão da Bolsa de Estudos. A efetivação da concessão da bolsa por meio da assinatura do Termo de Concessão deverá atender, obrigatoriamente, aos requisitos exigidos pelos órgãos concessionários das Bolsas de Estudos e a essa resolução, sob pena de processos administrativo e judicial.

Art. 16º. A bolsa será cancelada se o bolsista incorrer em uma das seguintes em uma das seguintes situações:

- I.** Não ter entregado ao Programa o Relatório de Acompanhamento de Atividades Anual, cujo formulário encontra-se no Anexo desta Resolução, em data estabelecida pela Coordenação, junto com a entrega de resumo, constando: título, objetivo, justificativa, relevância, principais resultados, cronograma e participação em eventos/produção científica (máximo de duas páginas);
- II.** Ter defendido a tese de doutorado perante a banca examinadora;
- III.** Ter sido desligado do Curso de Doutorado do PCV;
- IV.** Ter sido reprovado em qualquer disciplina do PCV enquanto aluno regular do Programa;
- V.** Obter Coeficiente de Rendimento Escolar (CR) inferior a 2,0 (dois vírgula zero) nas disciplinas cursadas;
- VI.** Ter realizado o trancamento de seu registro acadêmico no Curso de Doutorado do PCV;
- VII.** Completar, como Aluno Regular, 48 (quarenta e oito) meses no Curso de Doutorado independentemente do período de tempo durante o qual tenha usufruído da mesma;
- VIII.** Deixar de informar à coordenação do Programa de Pós-Graduação, por meio de Declaração de Acúmulo, qualquer alteração referente a acúmulos de bolsas, vínculos empregatícios ou outros rendimentos, para fins de atualização das informações na plataforma de concessão e acompanhamento de bolsas.

Art. 17º. Com exceção dos alunos com vínculos empregatícios as bolsas terão renovação automática para alunos mediante aval do orientador, entrega do relatório anual e cumprimento dos critérios para permanência de bolsas descritos no Artigo 18º, enviado no ato da renovação de matrícula do aluno junto ao PCV.

§ 1º. Alunos com vínculo empregatício em docência com limite de 10h semanais também terão renovação automática da bolsa.

.../



Art. 18. São requisitos para manutenção e renovação da bolsa:

- I** - não ter reprovação em nenhuma das disciplinas cursadas pelo discente, a partir do início da condição de bolsista;
- II** - manter o Coeficiente de Rendimento Escolar (CR) maior ou igual a 2,0 (dois vírgula zero) nas disciplinas cursadas;
- III** - realizar o Estágio de Docência conforme estabelecido no Artigo 31 do Regulamento do PCV;
- IV** - Entregar o Relatório de Acompanhamento Anual para o orientador, conforme o formulário no Anexo desta Resolução, na data definida pela Coordenação. Incluindo um resumo contendo título, objetivo, justificativa, relevância, principais resultados, cronograma e participação em eventos/produção científica (limite de duas páginas). O relatório deverá ser aprovado pelo Conselho Acadêmico do PCV.
- V** - o aluno bolsista de Doutorado deverá realizar anualmente o mínimo de 1 (uma) publicação em periódicos indexados (Qualis A ou B) pela Capes afetos à área da pesquisa,

Art. 19º. Os casos omissos deverão ter parecer da Comissão de Bolsas e serão resolvidos pelo Conselho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.



ANEXO III - TABELA DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES - MESTRADO

TABELA DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES - MESTRADO		
1	FORMAÇÃO ACADÊMICA - Até 1,0 ponto	Total
	Especialização (qualquer ano de conclusão)	1,0
2	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – Até 4,0 pontos	
	Participação em Projetos de Iniciação Científica	0,5 por semestre
	Participação em Monitoria	0,3 por semestre
	Disciplinas cursadas em programas de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) com aprovação nas disciplinas	0,5 por disciplina
	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA/CULTURAL – Até 5,0 pontos	
	Livro publicado	2,00 por livro
	Capítulos de livro publicado (limitado a 1 capítulo por livro)	0,50 por capítulo
	Trabalhos científicos publicados em periódicos com Qualis Periódicos Estrato A	1,00 por publicação
	Trabalhos científicos publicados em periódicos com Qualis Periódicos Estrato B	0,50 por publicação
	Artigos completos publicados em eventos científicos	0,40 por artigo
	Resumos expandidos publicados em eventos científicos	0,20 por resumo
	Resumos publicados em eventos científicos	0,10 por resumo



ANEXO IV - TABELA DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO - DOUTORADO

TABELA DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO - DOUTORADO			
Item	Critério	Pontuação Máxima	Pontuação do Candidato
Artigo completo em periódico qualificado – A1	1,00 ponto/artigo	5,00 pontos	
Artigo completo em periódico qualificado – A2	0,88 pontos/artigo	4,40 pontos	
Artigo completo em periódico qualificado – A3	0,75 pontos/ artigo	3,75 pontos	
Artigo completo em periódico qualificado – A4	0,63 pontos/ artigo	3,15 pontos	
Artigo completo em periódico qualificado – B1	0,50 pontos/ artigo	2,50 pontos	
Artigo completo em periódico qualificado – B2	0,38 pontos/ artigo	1,90 pontos	
Artigo completo em periódico qualificado – B3	0,25 pontos/ artigo	1,25 pontos	
Artigo completo em periódico qualificado – B4	0,12 pontos/ artigo	0,60 pontos	
Artigos completos publicados em anais de eventos científicos internacionais	0,25 pontos/trabalho	1,25 pontos	
Artigos completos publicados em anais de eventos científicos nacionais	0,15 pontos/trabalho	0,75 pontos	
TOTAL			



ANEXO V

PCV	Relatório de Acompanhamento Bolsa de Estudos	
1. PERÍODO DE ABRANGÊNCIA DESTE RELATÓRIO:		
2. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO / TESE:		
3. ORIENTADOR:		
4. NOME DO BOLSISTA:		
5. POSSUO VÍNCULO EMPREGATÍCIO: () SIM () NÃO EM CASO AFIRMATIVO, INFORMAR A ÁREA DE ATUAÇÃO: _____ CARGA HORÁRIA SEMANAL: _____		
6. O BOLSISTA ENCONTROU DIFICULDADES QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES? EM CASO AFIRMATIVO, DESCREVA-AS.		
7. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO		
8. INSERIR AQUI O CRONOGRAMA ATUALIZADO		
9. PARECER DO ORIENTADOR		
9. (local) , (dia) de (mês) de (ano)		
Assinatura do Orientador		